



# INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E DIREITOS

Livro de dados do Paraná



**MARISTA**  
REDE DE SOLIDARIEDADE

GRUPO MARISTA





**MARISTA**  
REDE DE SOLIDARIEDADE

GRUPO MARISTA





# INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E DIREITOS

Livro de dados do Paraná



Curitiba | 2013

**INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E DIREITOS:** Livro de dados do Paraná  
Iniciativa da Rede Marista de Solidariedade

REPRODUÇÃO PERMITIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Setor de Solidariedade**

Direção: Ir. Jorge Gaio

Assessores: Jimena Grignani, Juliana Buhner, Pollyana Devides Nabarro e Viviane Aparecida da Silva

**Coordenação do relatório:** Centro Marista de Defesa da Infância

**Equipe técnica:**

Débora Cristina dos Reis Costa

Elvina Maria Soares Chaves

Geliane Quemelo

Jaqueline Rodrigues Verneque

Mariana Franco Ramos

Viviane Aparecida da Silva

**Redação dos textos e organização:**

Mariana Franco Ramos

**Capa, projeto gráfico e diagramação:**

Felipe Machado de Souza

**Consultoria:**

Edy Célia Coelho

**Fotos:**

Banco de imagens da Rede Marista de Solidariedade

**Preparação de textos e revisão final:**

Debora Carvalho Capella

Rosane de Mello Santo Nicola

**Elaboração dos mapas:**

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)

**Organizações integrantes do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (Fórum DCA/PR):** Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, Associação de Proteção à Vida (APROVI), Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), Associação Paranaense de Cultura (APC), Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) de Mamborê, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) de Sarandi, Associação Divina Providência, Associação Menino Jesus, Associação Novo Amanhã, Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, Comissão de Direitos Humanos (CDH) de Sarandi, Comunidade de Assistência Bom Pastor, Fundação Nosso Lar, Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, Instituto Leonardo Murialdo, Madre Terra, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Comissão Local, ONG Ninho da Águia e Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida (SCNSA).

Rede Marista de Solidariedade

[www.solmarista.org.br](http://www.solmarista.org.br)

---

G892

Grupo Marista. Rede de Solidariedade

Infância, adolescência e direitos : livro de dados do Paraná / Rede Marista de Solidariedade. – Curitiba : Champagnat, 2013.

54 p. : il. ; 21 cm

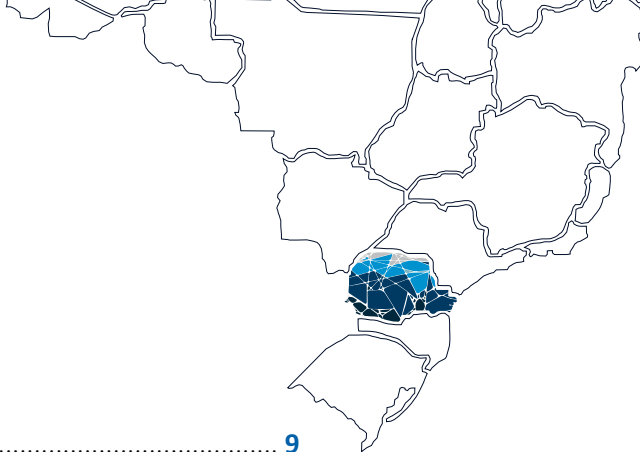
Inclui referências.

ISBN 978-85-7292-291-3

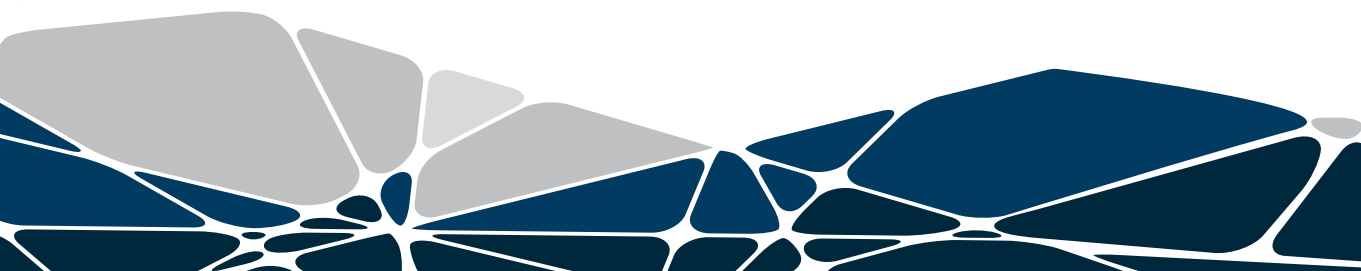
1. Menores - Estatuto legal, leis etc. 2. Política pública. 3. Educação e Estado. 4. Indicadores sociais - Paraná. I. Instituto HSBC Solidariedade. II. Título

CDD 362.7

# Sumário



<b>Apresentação</b> .....	<b>9</b>
Rede Marista de Solidariedade .....	<b>9</b>
Instituto HSBC Solidariedade .....	<b>11</b>
<b>Um olhar para as infâncias e adolescências no Paraná</b> .....	<b>13</b>
A construção do livro de dados .....	<b>15</b>
<b>Fontes oficiais</b> .....	<b>19</b>
<b>Composição dos indicadores por área</b> .....	<b>25</b>
Área Demografia .....	<b>26</b>
Área Cidadania .....	<b>35</b>
Área Saúde .....	<b>36</b>
Área Educação .....	<b>38</b>
Área Habitação .....	<b>43</b>
Área Economia .....	<b>44</b>
Área Justiça .....	<b>47</b>
Área Legislação .....	<b>48</b>
<b>Recomendações</b> .....	<b>51</b>
<b>Referências</b> .....	<b>53</b>



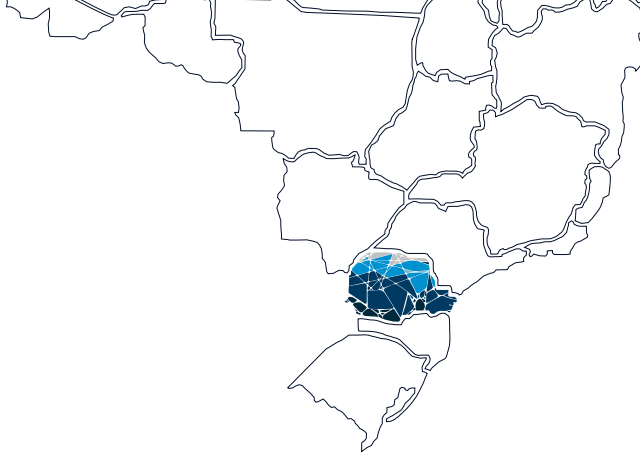








# Apresentação



## Rede Marista de Solidariedade

A Rede Marista de Solidariedade (RMS) atua na promoção e na defesa dos direitos de crianças e jovens, por meio de programas e projetos nas áreas da educação e da assistência social, desenvolvidos no Distrito Federal e nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

Para contribuir de forma comprometida com a construção de novos cenários voltados às infâncias e juventudes, a proposta socioeducativa da Rede contempla a formação contínua de educadores e gestores, os processos permanentes de qualificação das ações desenvolvidas com crianças e jovens, além da atuação na incidência de políticas públicas.

Por meio do Centro Marista de Defesa da Infância, sediado em Curitiba, a RMS realiza ações de monitoramento de dados, acompanhamento do orçamento público, assessoramento, pesquisas, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e incidência política.

Representantes Maristas integram, ainda, espaços de proposição de políticas públicas relacionadas à área da infância e da juventude, como conselhos de direito, redes, frentes, comitês e comissões. O diálogo constante com o Estado e com a sociedade civil organizada é visto como fundamental para possibilitar que meninos e meninas desfrutem de seus direitos de maneira plena.



Uma das atribuições do Centro Marista de Defesa da Infância é levantar, organizar e analisar dados sobre a situação da infância e juventude no Paraná. Com isso, pretende-se dar visibilidade aos direitos infantojuvenis, estimulando a construção de planos de incidência nos âmbitos estadual e municipal.

Esta publicação representa a continuidade da implementação de um sistema de monitoramento dos direitos da criança e do adolescente baseado em dados. Desenvolvida com o apoio do Instituto HSBC Solidarietà e com a participação das organizações integrantes do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (Fórum DCA/PR), compila alguns indicadores, baseados em fontes oficiais, que sinalizam como está a situação dos direitos infantojuvenis em cada um dos 399 municípios do Estado.

A expectativa é contribuir com a formação e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, sobretudo na interlocução com os tomadores de decisão, de forma a promover transformações significativas e duradouras na vida das crianças e dos adolescentes paranaenses.

Boa leitura!

**Irmão Jorge Gaio**  
Articulador da Rede Marista de Solidarietà

## Instituto HSBC Solidariedade

O HSBC acredita que uma das maneiras mais eficazes de contribuição para o futuro da sociedade é o fortalecimento da sociedade civil. Pensando nisso, em março de 2006, o HSBC criou o Instituto HSBC Solidariedade (IHS).

Com a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, por meio do investimento socioambiental eficiente e do engajamento de *stakeholders*, o Instituto direciona o investimento social privado do HSBC no Brasil. Sua atuação é focada no apoio a projetos de organizações parceiras, na coordenação de iniciativas próprias, e na implantação de programas globais do HSBC. As principais frentes de atuação do IHS são:

- Educação: o objetivo é beneficiar crianças e adolescentes em situação de risco social, por meio de iniciativas com foco no sucesso escolar. O IHS acredita que o acesso à educação pode gerar melhoria de renda e qualidade de vida.
- Meio ambiente: trabalhar com a conscientização de pessoas e a minimização dos impactos ambientais é uma das metas do investimento social privado do HSBC Brasil. Desde 2012, o foco é água – componente essencial para o desenvolvimento humano, natural e econômico.
- Comunidade: uma das diretrizes do HSBC é promover o desenvolvimento econômico das comunidades onde o banco está presente. O IHS apoia projetos relacionados à geração de trabalho e renda, principalmente os ligados a negócios inclusivos.

Todos os anos, organizações não governamentais se inscrevem em criteriosas seleções, o que resulta no apoio de dezenas de projetos em todo o país. Além do suporte financeiro, uma equipe especializada monitora e acompanha as iniciativas, assim como capacita seus gestores e os colaboradores do HSBC que se envolvem como padrinhos dos projetos.

O IHS também coordena programas próprios e iniciativas socioambientais globais com atuação no Brasil e na América Latina. Além disso, gerencia o

programa de voluntariado do HSBC, que tem ativa participação de comitês regionais de ação voluntária, liderados por colaboradores, em todas as regiões do país.

Como reconhecimento da consistência do trabalho e do alinhamento à agenda mundial de desenvolvimento sustentável, em 2012, o Instituto HSBC Solidariedade associou-se ao Departamento de Informações Públicas da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo a primeira ONG com origem corporativa no mundo a receber esse *status*. Ao se tornar uma entidade acreditada pela ONU, o IHS assume o papel de divulgar ações e mobilizar a opinião pública para alcançar os objetivos das Nações Unidas.

Em parceria com a Rede Marista de Solidariedade, o IHS tem colaborado com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Por meio da publicação *Infância, adolescência e direitos: livro de dados do Paraná*, resultado de um amplo trabalho em conjunto, o IHS materializa sua contribuição para que a sociedade civil e a comunidade acadêmica tenham em mãos um efetivo mecanismo de acompanhamento das políticas públicas relacionadas à infância e à adolescência. Esse envolvimento da sociedade civil é fundamental para que os necessários avanços ocorram e sejam mantidos.

**Claudia Malschitzky**

Diretora Executiva do Instituto HSBC Solidariedade  
Superintendente Executiva de Sustentabilidade HSBC Brasil

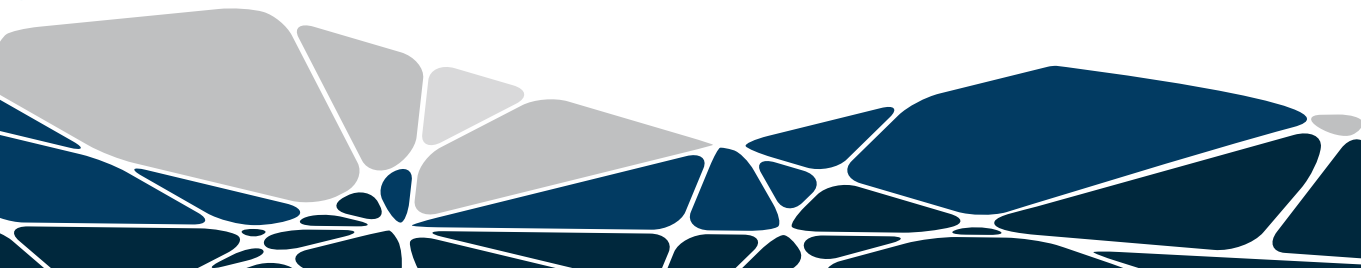
# Um olhar para as infâncias e adolescências no Paraná



Em seu artigo 3º, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC) prevê que todas as ações relativas a meninos e meninas, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, considerem, primordialmente, o **interesse superior da criança**.

Além desse princípio, que nos alerta em relação ao impacto de nossas ações como adultos sobre as crianças e os adolescentes, a CDC é pautada em três outros, também fundamentais: **sobrevivência e desenvolvimento**, no sentido de garantir ao público infantojuvenil o acesso direto a todos os serviços da sociedade; **participação**, que parte do pressuposto de que todos devem ser escutados e levados em consideração; e **não discriminação**, para proteger as crianças e os adolescentes contra qualquer forma de preconceito, constrangimento ou castigo por conta de sua condição econômica, de suas crenças ou de suas opiniões.

Ao ratificar o tratado internacional, o Estado brasileiro assumiu o compromisso de reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos. Assim, as políticas pensadas para esse público deixaram de considerar somente a visão adulta daquilo que poderiam ser suas necessidades, para priorizar a garantia, o respeito e o pleno exercício de sua cidadania.



No Brasil, a chamada doutrina da proteção integral já estava contemplada no artigo 227 da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup> e foi, em 1990, incorporada de forma mais detalhada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Da mesma forma que o Estado tem a obrigação de zelar pelo cumprimento dos princípios estabelecidos pela Convenção, a sociedade, em sua função de controle social, deve monitorar e avaliar a situação da infância e da juventude, bem como das políticas públicas existentes, para colocar na agenda os temas que ainda precisam de resposta em seus diferentes contextos.

A complexidade da situação requer que empenhemos esforços para conhecer a realidade e intervir de forma positiva. Nesse sentido, o monitoramento de indicadores pautados nos direitos aparece como importante estratégia, à medida que nos permite traçar um panorama sobre a população infantojuvenil, focado na promoção e na garantia. A partir da coleta, análise e visibilidade dos dados, é possível instrumentalizar os atores do Sistema de Garantia de Direitos e subsidiar a tomada de decisões por parte do Estado.

Quando pensamos na construção de um Sistema de Monitoramento dos Direitos da Criança e do Adolescente (SMDCA), porém, alguns pontos devem ser considerados, como: dificuldade de acesso, manuseio e interpretação das informações e, principalmente, ausência de uma cultura de utilização dos dados.

Com a perspectiva de enfrentar tais desafios, a Rede Marista de Solidariedade, por meio do Centro Marista de Defesa da Infância, desenvolveu o projeto “Infância, Adolescência e Direitos”, focado nos 399 municípios do Paraná. A iniciativa, da qual se desdobrou esta publicação, conta com o apoio do Instituto HSBC Solidariedade e a participação das organizações integrantes do Fórum DCA/PR. É também inspirada nas experiências da Annie E. Casey Foundation (AECF), dos Estados Unidos, e da Red por los Derechos de la Infancia en México (REDIM). Desde 1990, a AECF desenvolve o projeto “Kids Count”, que se materializou na Rede Latino-americana Infancia Cuenta.

---

<sup>1</sup> “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).



Essas instituições sistematizam e publicam dados que revelam a realidade das crianças e dos adolescentes em seus países, iniciativas que possibilitam intervenções políticas da sociedade civil a partir de indicadores alinhados à CDC. Experiências semelhantes são desenvolvidas também no Paraguai, na Argentina, na Nicarágua, na Bolívia e no Chile (REDIM, 2011b).

O SMDCA é composto por três etapas. A primeira contempla a construção de um relatório anual e de ensaios temáticos, ambos com dados retirados de fontes oficiais. O livro de dados apresenta os números, de forma descritiva, enquanto os ensaios contêm análises mais amplas de especialistas acerca de um tema específico, para viabilizar a agenda política.

A segunda etapa do sistema consiste no desenvolvimento de um plano de Comunicação, com estratégias para dar visibilidade aos dados. Ao apontar possíveis violações de direito, o plano deve, por um lado, subsidiar o poder público na tomada de decisões e, por outro, incentivar o monitoramento e a fiscalização por parte da sociedade civil organizada. A terceira etapa é fruto do desdobramento das duas primeiras e se resume à implementação de um plano de incidência, com definição de temas e agenda política.

O objetivo dessa metodologia é fomentar uma cultura de uso de dados, estimulando os atores do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo Estado e sociedade civil organizada, a basearem suas decisões em fontes mais seguras de informação. O SMDCA busca também fortalecer a autonomia, a capacidade e a geração de informações com enfoque em gênero, faixa etária e outras especificidades.

## A construção do livro de dados

A aproximação com a metodologia da Annie E. Casey Foundation, adaptada ao enfoque de direitos pela Rede Latino-americana Infancia Cuenta, possibilitou, em abril de 2012, a publicação do livro *Fontes sobre a infância: diagnóstico de fontes de informação sobre a criança e o adolescente*. A publicação compila informações sobre fontes oficiais, instituições de pesquisa, núcleos e observatórios

que abordam indicadores referentes a esse público no Brasil, especialmente nos Estados da região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O lançamento ocorreu durante a “I Oficina de Monitoramento dos Direitos da Criança e do Adolescente”, ocasião em que representantes dos Fóruns regionais do Paraná definiram, conjuntamente, os indicadores a serem trabalhados no livro de dados paranaense.

A experiência dos relatórios Cadê (Crianças e Adolescentes em Dados e Estatísticas) 2010 e 2011, elaborados pelo Instituto Marista de Assistência Social (IMAS), como resultado da articulação realizada no Fórum Nacional DCA, também contribuiu para a organização desta publicação<sup>2</sup>.

Os indicadores selecionados durante a oficina foram organizados em oito grandes áreas, desdobradas por município e que contemplam os princípios estabelecidos pela Convenção. São elas: demografia, cidadania, saúde, educação, habitação, economia, justiça e legislação.

Além da relevância social, a seleção levou em conta: a viabilidade estatística, já que se trata de dados por município; a comunicabilidade, para que sejam de fácil compreensão; a periodicidade, com o acompanhamento das mudanças ao longo do tempo; e a desagregabilidade, isto é, a utilização de forma desagregada, por cidade, gênero, faixa etária, cor e raça (SBDCA; FNDCA; IMAS, 2011).

As fontes utilizadas são oficiais e referentes a 2010, ano do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desafio é que os dados aqui apresentados tornem-se instrumentos úteis nas mãos de todos aqueles que lutam para garantir às crianças e aos adolescentes o desfrute pleno de seus direitos.

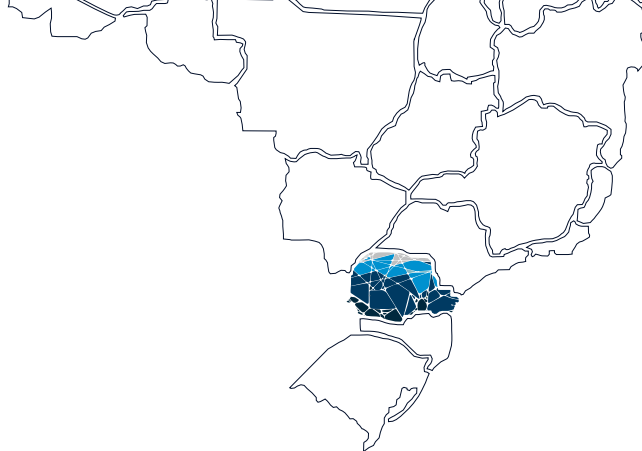
---

<sup>2</sup> Os relatórios Cadê foram desenvolvidos de forma colaborativa com a RMS, o Instituto C&A, a KNH Brasil, a Plan Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Visão Mundial.





## Fontes oficiais



As fontes utilizadas no primeiro relatório *Infância, adolescência e direitos: livro de dados do Paraná* são oficiais, ou seja, aquelas com informações divulgadas por meio do sistema estatístico nacional. Esse sistema reúne unidades e organizações estatísticas de um país, que coletam, processam e disseminam os dados em nome do governo nacional (REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2012b, p. 77).

Pretende-se, com isso, buscar o máximo possível de fidelidade na representação da realidade, além de garantir mais precisão e confiabilidade aos números.

Para dar uniformidade aos dados e permitir que sejam produzidas séries históricas, optou-se por utilizar como referência o ano de 2010, quando foi publicado o último Censo Demográfico do IBGE. Assim, as demais fontes oficiais consultadas também são relativas a esse período. A ideia é que, a partir da publicação dos relatórios subsequentes, seja possível verificar a evolução ou o retrocesso dos indicadores.

Cabe ressaltar que os dados selecionados nesta publicação são considerados por sua referência direta ou indireta com os direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, poderão ser avaliados de forma mais direcionada, para serem também contemplados em uma agenda política.

Após a produção do relatório, constatou-se que existem algumas lacunas na constituição dos dados oficiais, como o uso de nomenclaturas que não correspondem às discussões atuais na área da infância e adolescência. Tais questões ainda serão men-



cionadas no tópico “recomendações desta publicação”. Apesar de mostrarem a necessidade de intervenções, não comprometem a relevância dos indicadores coletados.

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma instituição da administração pública federal, subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Criado em 1934, é hoje o principal provedor de dados e informações do Brasil, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais.

A missão do instituto é identificar e analisar o território, contar a população e mostrar como a economia evolui por meio do trabalho e da produção das pessoas, revelando também como elas vivem.

### **Censo Demográfico de 2010**

Produzido com frequência decenal pelo IBGE, o Censo Demográfico tem como objetivo contabilizar os indivíduos do território nacional e identificar características dessa população, produzindo informações relevantes que auxiliem no desenvolvimento de políticas públicas e investimentos de iniciativas privadas.

## **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro.

O objetivo dos levantamentos produzidos é subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas para a área educacional, a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Para gerar os dados e estudos educacionais, o Inep realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino.

## **Censo Escolar 2010**

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (Educação Infantil e Ensinos Fundamental e Médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Apesar da existência de versões mais atualizadas do Censo, o livro de dados paranaense considera o levantamento de 2010, em virtude dos motivos já explicitados no tópico relativo ao Censo Demográfico.

## **Ministério da Saúde**

O Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração dos planos e políticas públicas voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população. Seus objetivos são: reduzir as enfermidades, controlar as doenças endêmicas e parasitárias e melhorar a vigilância à saúde, proporcionando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro.

## **DATASUS**

O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, foi criado para fortalecer a democratização da Saúde e o aprimoramento de sua gestão. Desde 2001, o DATASUS integra a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, conforme

Decreto n. 7.530, de 21 de julho, que trata da estrutura regimental do Ministério da Saúde.

Dentre suas funções, está a atualização anual dos Indicadores e Dados Básicos (IDB), que geram dados para serem utilizados em análises acerca da situação da saúde e suas tendências.

### **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA/PR)**

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA/PR) é um órgão de natureza estatal especial, com instância pública essencialmente colegiada, que se compõe de forma paritária com representantes governamentais e não governamentais.

O Conselho reúne-se mensalmente para formular, deliberar e controlar ações referentes à criança e ao adolescente em todos os níveis, segundo leis federais, estaduais e municipais, em reuniões abertas à comunidade.

### **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná (SEDS)**

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná (SEDS) é o órgão responsável pela coordenação estadual das políticas públicas da assistência social e das ações de combate à pobreza e à exclusão social no Estado. Tem como objetivo implementar ações, serviços e programas em benefício dos cidadãos que vivem em todas as regiões paranaenses, nas mais diversas realidades sociais.

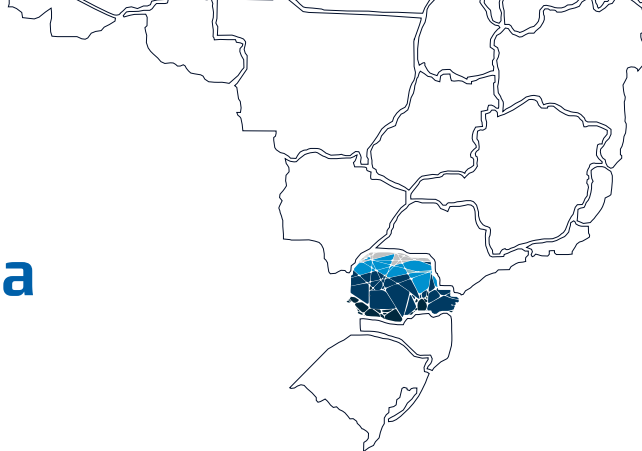
A SEDS também tem por finalidade o desenvolvimento e a coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Sistema de Atendimento Socioeducativo.







# Composição dos indicadores por área



O livro de dados *Infância, adolescência e direitos* contém 11 indicadores, divididos em oito áreas, referentes à população infantojuvenil nos 399 municípios do Paraná.

A fim de facilitar a visualização por parte do leitor, apresentamos **mapas ilustrativos** e textos com uma síntese dos números coletados. Os dados completos, bem como a matriz dos indicadores, estão disponíveis em tabelas no **CD anexo**. Eles podem ser consultados no caso de dúvidas ou, também, para subsidiar análises mais detalhadas, focadas em aspectos considerados mais importantes ou urgentes.

A seleção dos indicadores expressa o debate ocorrido durante a “I Oficina de Monitoramento dos Direitos da Criança e do Adolescente”. A divisão por áreas levou em consideração a estreita relação/semelhança entre si, as temáticas relacionadas à garantia dos direitos e a consonância com os princípios estabelecidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC).

É importante destacar, ainda, que as variáveis aqui descritas representam apenas um recorte da realidade infantojuvenil do Estado. A expectativa é de que, no futuro, outros indicadores sejam acrescentados a esses, em uma plataforma de dados *online*.

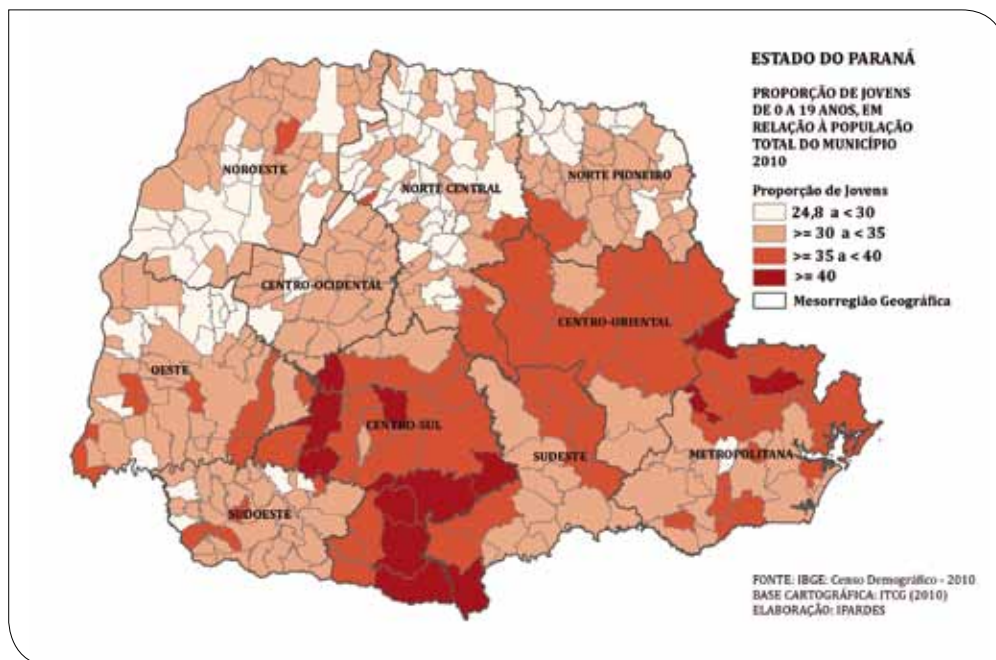
## Área: Demografia

**Indicador: População infantojuvenil, de 0 a 19 anos, por sexo e cor/raça, residente nos setores urbano e rural**

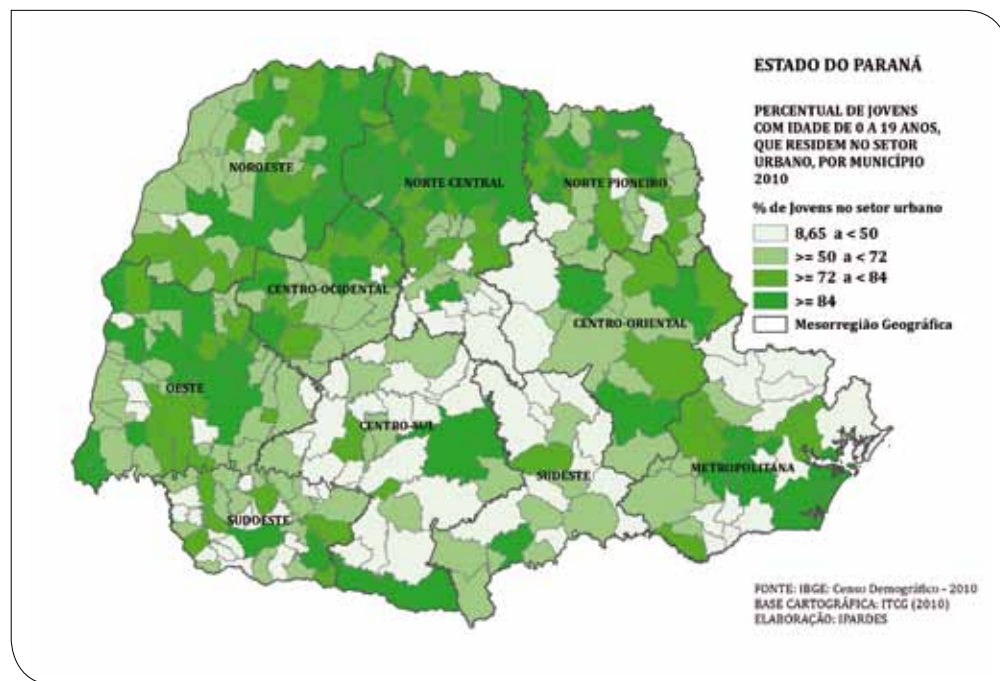
A população infantojuvenil paranaense soma 3.319.367 crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos. Desse total, 2.800.816 (84,38%) vivem na zona urbana e 518.551 (15,62%) em áreas rurais.

Dos cinco municípios com a maior proporção de jovens, dois estão concentrados na mesorregião metropolitana – Tunas do Paraná (43,6%) e Doutor Ulysses (41,2%) – e três no centro-sul paranaense – Reserva do Iguaçu (43,5%), Laranjal (43,1%) e Inácio Martins (41,4%).

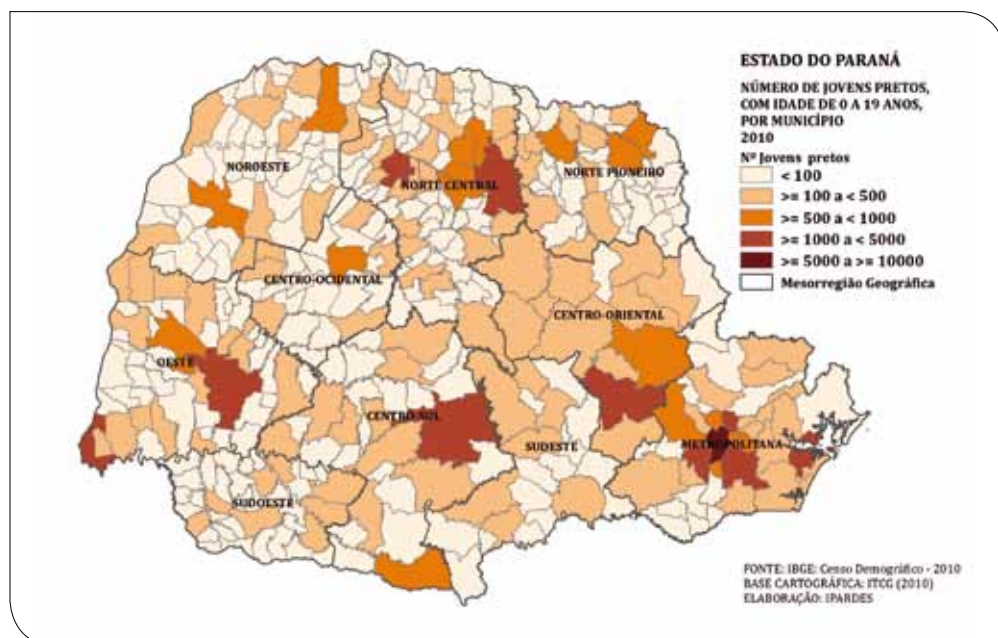
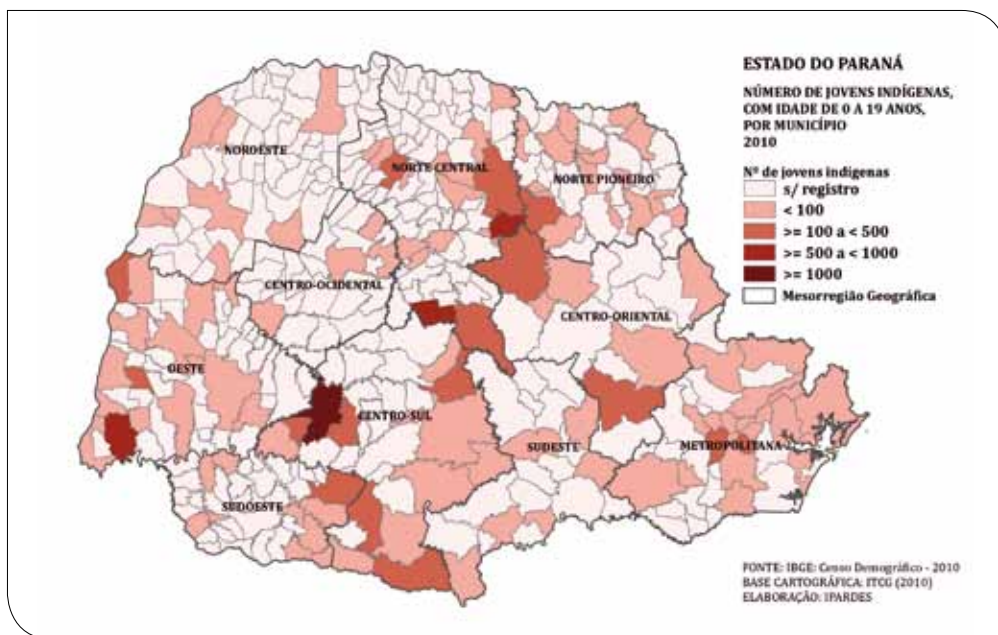
Já Florai (24,8%), Kaloré (26,3%) e Doutor Camargo (26,5%), no norte central, além de Formosa do Oeste (25,5%) e Esperança Nova (26,4%), no noroeste, são os que possuem menos meninas e meninos em relação ao total de habitantes.



Em 54 cidades, mais de 90% dos moradores infantojuvenis estão situados em áreas urbanas. Pinhais (100%) e Curitiba (100%), na mesorregião metropolitana, e Sarandi (99,69%), no norte central, possuem as maiores médias. Antônio Olinto, no sudeste, é o município que detém o maior percentual de crianças e adolescentes vivendo no campo (91,35%), seguido de Marquinho (90,65%) e Tijucas do Sul (84,64%).



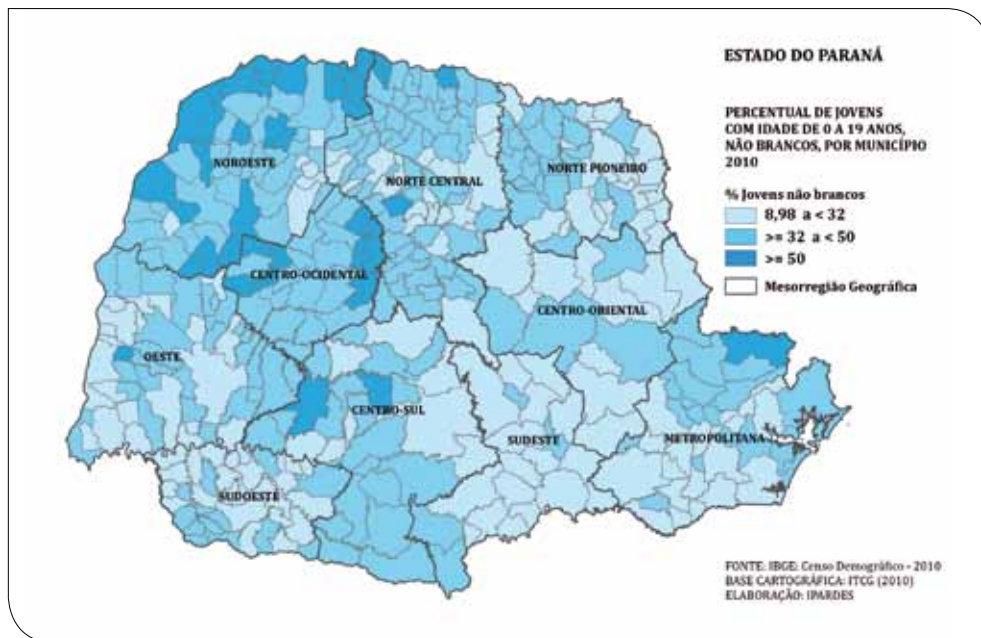
Não há grande diferenciação de gênero nos dados da demografia paranaense. Os 1.688.061 garotos representam 50,85% da população infantojuvenil, contra 49,15% das garotas (1.631.306). Manfrinópolis, no sudoeste, é, proporcionalmente, a cidade com mais meninos (56,99%), enquanto Ariranha do Ivaí, no norte central, é composta majoritariamente por meninas (52,04%).









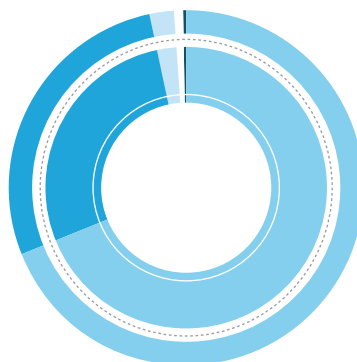


A população infantojuvenil do Paraná é, em sua maioria, branca. São 2.287.140 crianças e adolescentes, o que corresponde a 68,90%. Há ainda 919.981 pardos (27,72%), 74.402 pretos (2,24%), 27.959 amarelos (0,84%) e 9.758 (0,29%) indígenas.

Carlópolis, no norte pioneiro, é o município que tem a maior proporção de brancos (91,02% dos 4.261 habitantes de 0 a 19 anos), enquanto Amaporã, no noroeste, tem a maior proporção de pretos (8,91% de 1.958) e Nova Laranjeiras, no centro-sul, de indígenas (28,02% de 4.514).

### População infantojuvenil do Paraná

- Pardos
- Pretos
- Amarelos
- Indígenas
- Brancos



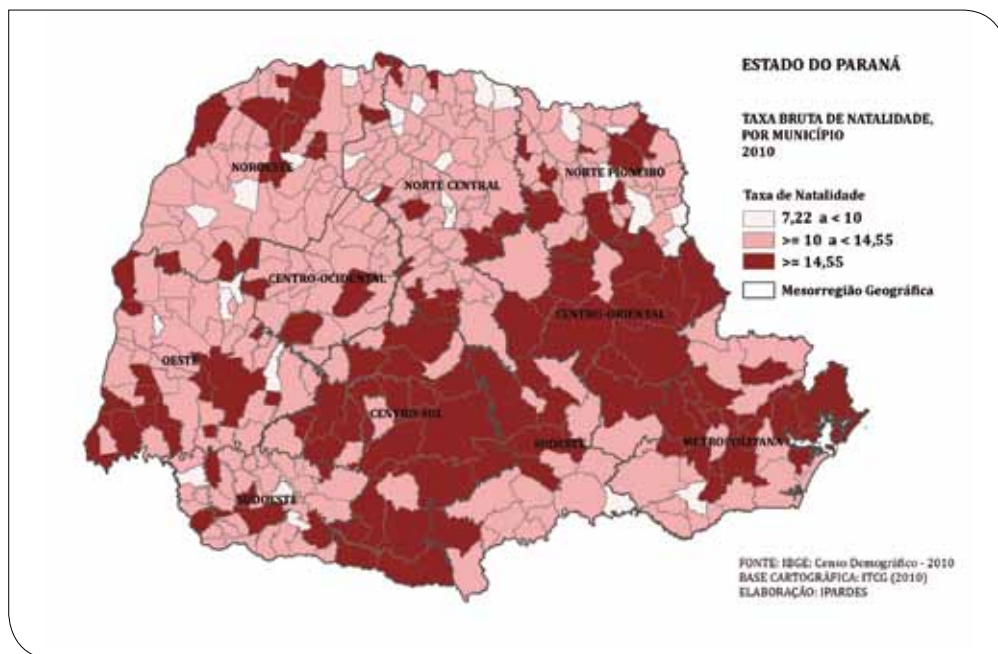
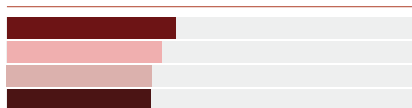
## Indicador: Taxa bruta de natalidade

A taxa bruta de natalidade no Paraná é de 14,55%, de acordo com dados do DATASUS e do IBGE. O município de Tunas do Paraná, na mesorregião metropolitana, é o que possui a maior porcentagem de nascidos vivos por 1.000 habitantes (22,86%), seguido de Nova Aliança do Ivaí (20,96%), Amaporã (19,66%) e Palmas (19,40%).

Já São José da Boa Vista (7,22%), no norte pioneiro, Ivatuba (7,97%), Sabáudia (8,04 %), Planalto (8,13%) e Maria Helena (8,39%) apresentam os menores índices.

## Taxa bruta de natalidade no Paraná

- Tunas do Paraná
- Nova Aliança do Ivaí
- Amaporã
- Palmas
- Ivatuba
- Sabáudia
- Planalto
- Maria Helena







## Área: Cidadania

### Indicador: População de até 1 ano de idade, sem registro de nascimento

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o Paraná conta com 565 crianças de até 1 ano sem registro de nascimento, o que representa 0,39% da população nessa faixa etária. O município de Foz do Iguaçu, no oeste, aparece em primeiro lugar no *ranking* estadual, com 49 meninos e meninas, seguido de Paranaguá, na mesorregião metropolitana, com 37.

Quando considerado o percentual em relação ao total de crianças com essa idade, São Miguel do Iguaçu (11,46%), São José das Palmeiras (10,63%), Quatro Pontes (10,57%), Marumbi (9,15%) e São Jerônimo da Serra (7,81%) são os que mais se destacam. Os três primeiros estão situados no oeste, enquanto os dois últimos se localizam no norte central e no norte pioneiro.

Em 334 dos 399 municípios paranaenses, todas as crianças de até 1 ano estão registradas, o que corresponde a 83,7%.

MUNICÍPIOS	Menores de 1 ano de idade		
	Sem registro - A	Total - B	% A/B
<b>Total Paraná</b>	<b>565</b>	<b>144.398</b>	<b>0,39</b>
São Miguel do Iguaçu	32	282	11,46
São José das Palmeiras	5	44	10,63
Quatro Pontes	3	33	10,57
Marumbi	4	39	9,15
São Jerônimo da Serra	11	139	7,81
Iguaraçu	4	62	5,81
Catanduvas	9	165	5,34
Grandes Rios	3	63	5,12
Tomazina	5	95	4,98

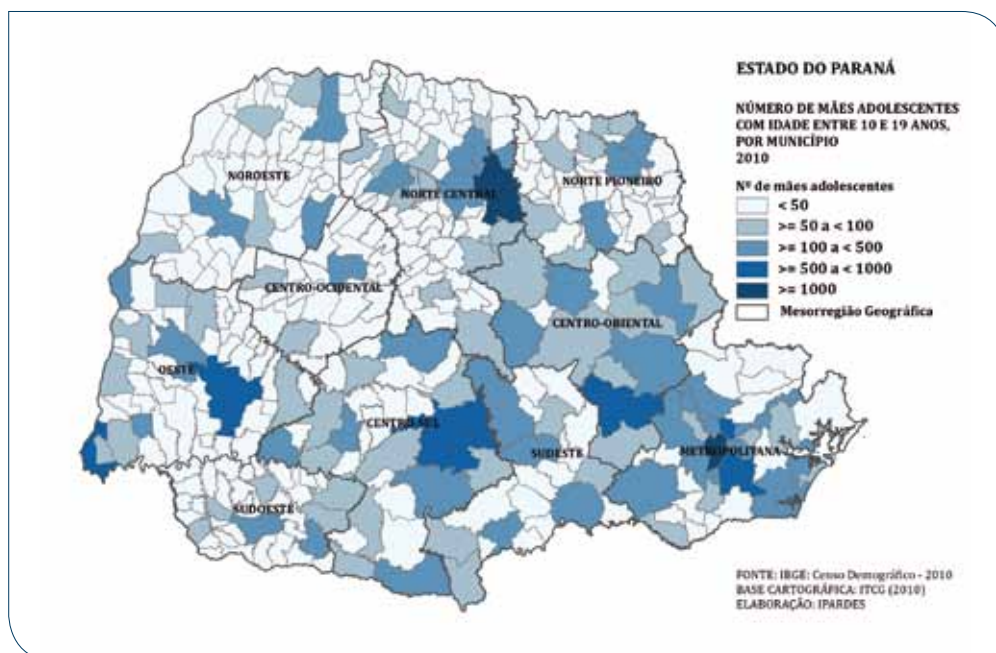
Fonte: IBGE, 2010.

## Área: Saúde

### Indicador: Mães adolescentes segundo faixas etárias – 10 a 14 anos e 15 a 19 anos

O Paraná registra 1.284 mães de 10 a 14 anos, o que corresponde a 0,14% dos adolescentes nessa faixa etária. Do total, 128 (9,96%) são de Curitiba, 45 (3,5%) de Londrina, no norte, e 37 (2,88%) de Colombo, na mesorregião metropolitana.

Os dados do Censo 2010 indicam ainda 27.761 mães adolescentes entre 15 e 19 anos no Paraná, o equivalente a 2,99% das meninas nessa idade. Curitiba, com 3.470 (12,49%), Londrina, com 995 (3,58%), Ponta Grossa, com 959 (3,45%), Foz do Iguaçu, com 786 (2,83%), e Cascavel, com 776 (2,79%), as duas últimas no oeste, somavam a maioria dos casos.

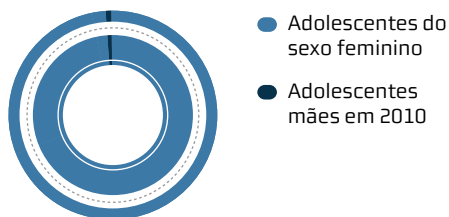




Tunas do Paraná, na mesorregião metropolitana, que possui a maior taxa bruta de natalidade, também é o município com o maior índice proporcional de gravidez entre 10 e 19 anos, com 3,33% (46 casos). Em seguida, vêm Santo Antônio do Paraíso, no norte pioneiro, com 3,21% (13), e Nova Aliança do Ivaí, no noroeste, com 3,20% (9). No Estado, 29.045 das 1.837.428 adolescentes pesquisadas pelo IBGE tornaram-se mães em 2010.

## Mães adolescentes

- Tunas do Paraná
- Santo Antônio do Paraíso
- Nova Aliança do Ivaí



## Área: Educação

**Indicador: Crianças de 0 a 5 anos matriculadas na Educação Infantil, em escolas das redes pública e privada, em relação ao total de crianças nessa faixa etária**

O Paraná possui uma população de 563.537 crianças de 0 a 3 anos. Destas, segundo dados do Censo Escolar, 106.534 (18,90%) estavam matriculadas em instituições de ensino em 2010, sendo 73.561 na rede pública e 32.973 na rede privada.

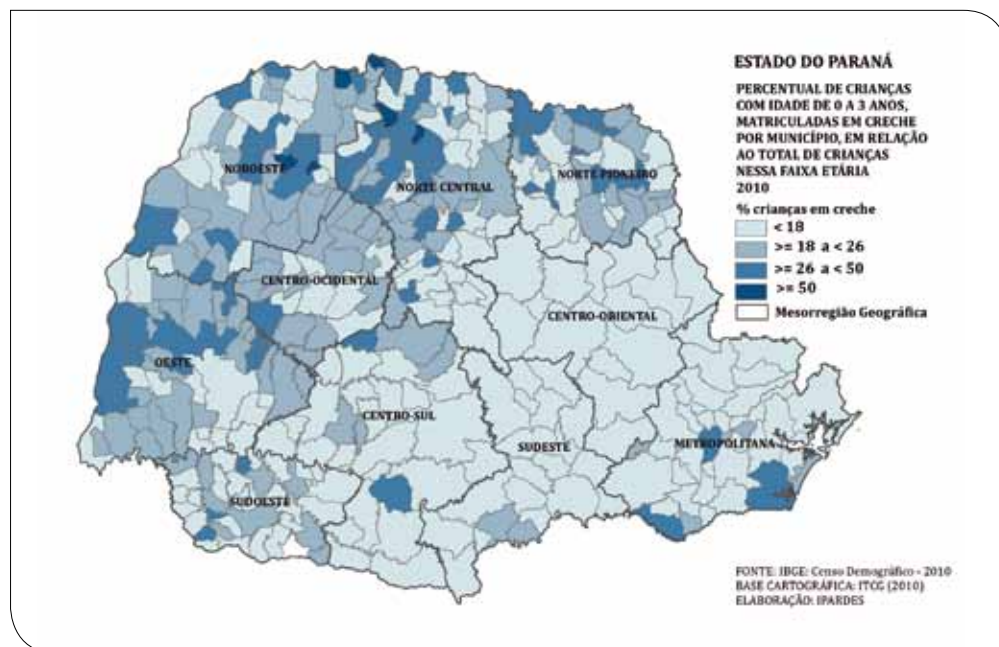
Seis municípios do Estado registram cobertura de mais de 50% de meninos e meninas em creches, sendo que quatro destes estão localizados na mesorregião noroeste. São eles: Santo Antônio do Caiuá (64,85%), Jardim Olinda (57,55%), São Manoel do Paraná (57,29%) e Guaporema (51,95%). Os outros dois, Munhoz de Melo (62,21%) e Lobato (53,8%), localizam-se no norte central.

Por outro lado, em Bom Sucesso do Sul (sudoeste), Campina do Simão (centro-sul), Cruzeiro do Iguaçu (sudoeste), Porto Barreiro (centro-sul), Santa Lúcia (oeste) e Sulina (sudoeste), nenhuma criança dessa faixa etária estava matriculada em 2010.



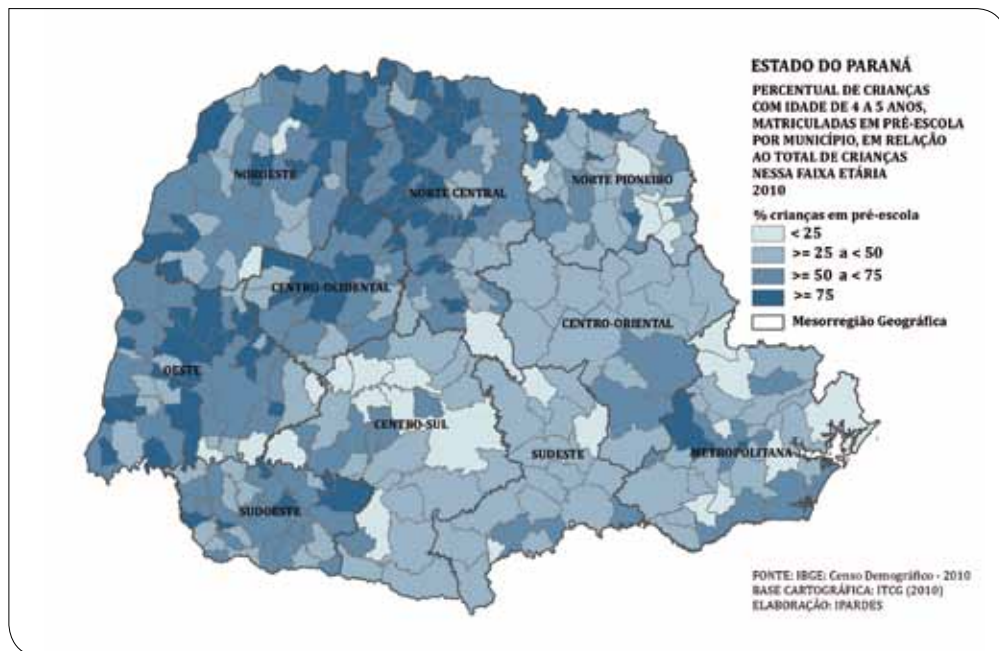
Já na faixa de 4 a 5 anos, 52,64% dos 301.942 meninos e meninas paranaenses estavam na escola, sendo 112.900 na rede pública e 46.057 na rede privada. Em Iguaraçu, Miraselva, Pinhal de São Bento, Flórida, Pitangueiras, Jardim Olinda, Farol, Serranópolis do Iguaçu, Esperança Nova, Tupãssi, Mandaguari, Inajá, Jussara e Paranapoema, o índice era igual a 100%<sup>3</sup>. A maioria desses municípios está localizada nas mesorregiões norte central e noroeste.

Siqueira Campos (4,31%), Planaltina do Paraná (7,17%), Quatiguá (8,45%), Santo Antônio da Platina (10,16%), Capitão Leônidas Marques (10,30%), Mariluz (10,94%), Assaí (11,29%) e Cândido de Abreu (13,18%) ainda estão longe de universalizar o acesso à pré-escola. O norte pioneiro concentra quatro das oito cidades com os piores índices.



<sup>3</sup> Conforme indicam as tabelas no CD anexo, em alguns municípios o percentual de crianças e adolescentes matriculados soma mais de 100%. Esse fato pode acontecer devido a problemas de amostra e/ou por conta da matrícula de estudantes de municípios limítrofes.





### Indicador: Escolas públicas que não possuem acesso e banheiros adaptados para pessoas com deficiência

Das 9.245 escolas do Paraná contabilizadas pelo Censo Escolar de 2010, 6.667 não têm acesso adaptado para pessoas com deficiência, o que corresponde a 72,11%. O índice de acessibilidade é nulo em 41 municípios. Dentre eles, mais da metade está nas mesorregiões norte-central, norte pioneiro e noroeste. Há, ainda, dez no oeste e no sudoeste.

Apenas em Flórida, no norte central, todos os estabelecimentos de ensino pesquisados (quatro, no caso) estão em condições de receber crianças cadeirantes ou com dificuldade de locomoção.

Em relação aos banheiros, a situação é parecida: em 70,18% das escolas, os ambientes não são considerados adaptados, sendo que 47 delas não possuem nenhum estabelecimento em condições favoráveis.

Itaipulândia, no oeste, e Itambaracá, no norte pioneiro, com dez instituições de ensino cada, são as únicas cidades onde alunos com deficiência podem utilizar os banheiros sem o auxílio de terceiros.

### **Indicador: Abandono escolar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio**

De acordo com o Censo Escolar de 2010, a taxa de abandono no Paraná é de 2% no Ensino Fundamental e de 6,7% no Ensino Médio.

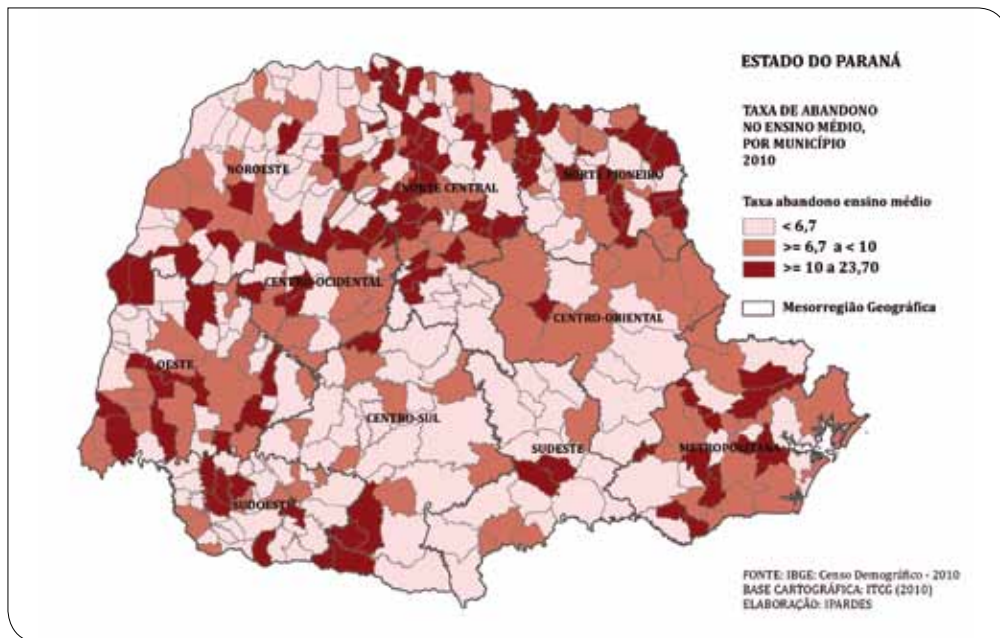
Os maiores índices nas escolas de Ensino Fundamental estão, respectivamente, em Quinta do Sol (10,6%), Paranapoema (8,2%), Prado Ferreira (7,1%), Quarto Centenário (6,9%) e Porto Amazonas (6,8%). Nota-se, então, que não há concentração em uma mesorregião específica.

Em 18 municípios, a taxa de abandono nessa etapa da educação é igual a zero. São eles: Boa Esperança do Iguaçu, Esperança Nova, Flórida, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaporema, Ibema, Itambé, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Porto Rico, Rio Bom, Santa Mônica, Santo Antônio do Paraíso, Tapira, Terra Rica, Santo Antônio do Caiuá e Lobato.

Duas das cidades que não registram abandono no Ensino Fundamental – Santo Antônio do Caiuá e Lobato – estão também entre as que oferecem cobertura de mais de 50% de meninos e meninas em creches.

No Ensino Médio, as taxas mais altas estão em Jataizinho (23,7%), no norte pioneiro, Prado Ferreira (21,5%) e Floresta (21,4%), no norte central, Xambê (20,1%), no noroeste, e Porto Amazonas (19,8%), na mesorregião metropolitana.

Na outra ponta, 16 municípios não registraram índices de abandono escolar nessa etapa da educação: Jaguapitã, Abatiá, Presidente Castelo Branco, Ouro Verde do Oeste, Tapejara, Jardim Olinda, Querência do Norte, São Tomé, Nova Londrina, Renascença, Itaúna do Sul, Flórida, Godoy Moreira, Guaporema, Nova Aliança do Ivaí e Santa Mônica. Como é possível observar no mapa, eles se concentram, predominantemente, nas mesorregiões norte central e norte pioneiro do Paraná.



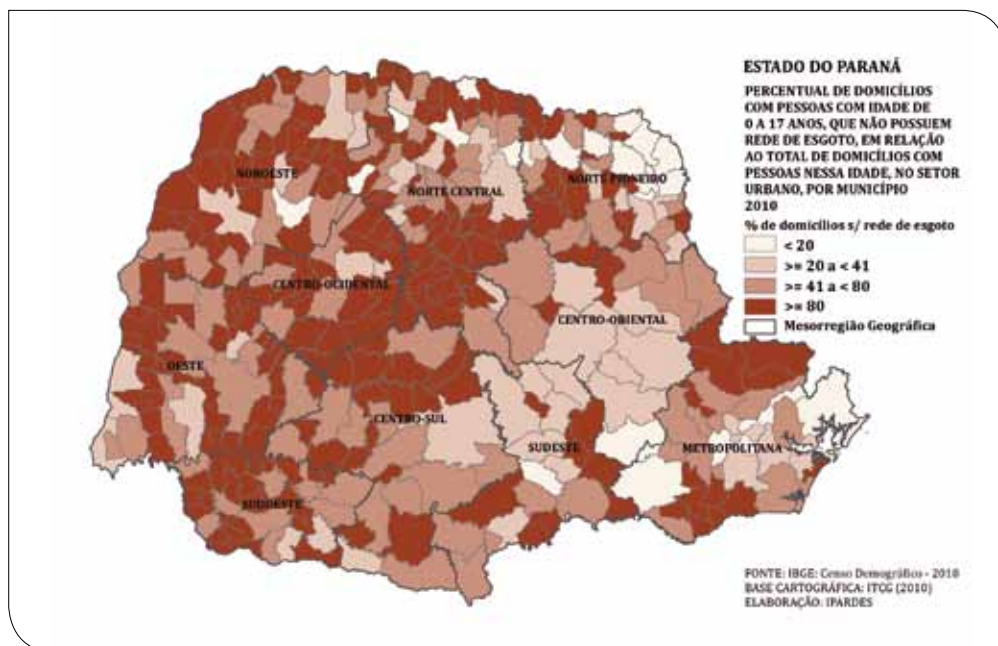
## Área: Habitação

**Indicador: Domicílios com pessoas de 0 a 17 anos que não possuem rede de esgoto, no setor urbano**

Dos 1.486.194 domicílios urbanos com pessoas entre 0 e 17 anos no Paraná, 617.329 não possuem rede de esgoto, o que representa 41,54%. Em 53 dos 399 municípios, a taxa é de 100%. São casos como Planalto, São Carlos do Ivaí, Bom Sucesso, Ivaté e Santa Cruz de Monte Castelo. A maioria está concentrada nas regiões noroeste e central do Estado, como é possível observar no mapa.

Já Ribeirão Claro, com 0,93%, e Cambará, com 2,56%, ambas no norte pioneiro, além de Porecatu, com 2,40%, Lobato, com 3,56%, e Jaguapitã, com 4,20%, apresentam os menores índices. As três últimas cidades localizam-se no norte central paranaense.

Nos maiores municípios, as taxas são de 9,06% em Curitiba, 27,78% em Londrina, 27,10% em Maringá, 50,06% em Cascavel e 23,96% em Ponta Grossa.



## Área: Economia

**Indicador: Famílias com filhos de até 17 anos, com renda *per capita* de até 1 salário mínimo, chefiadas pelo pai ou pela mãe**

Das 1.448.926 famílias paranaenses com filhos entre 0 e 17 anos, 829.168 possuem renda *per capita* de até um salário mínimo, o que corresponde a 57,23%. Destas, 548.714 (66,17%) são chefiadas pelos pais, e 280.455 (33,82%) pelas mães. Os dados são do Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

Para o instituto, é responsável pela família a pessoa reconhecida como tal pelos demais membros do lar.

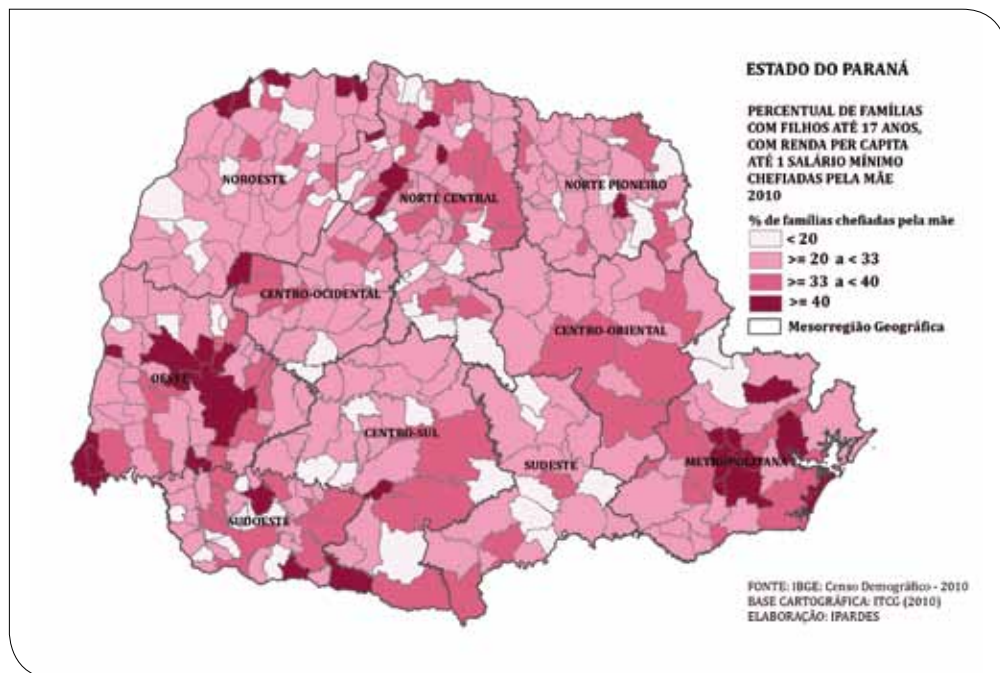
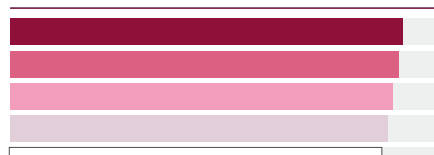


Em 394 dos 399 municípios do Estado, a maioria das famílias fica sob responsabilidade da figura paterna. As maiores porcentagens encontram-se, respectivamente, em Campina do Simão (91,77%), São Manoel do Paraná (90,32%), Coronel Domingos Soares (89,51%), Bom Jesus do Sul (88,44%) e Salto do Itararé (87,33%). Não há concentração em uma única mesorregião.

As cinco cidades mais populosas – Curitiba (57,84%), Londrina (60,33%),

## Famílias sob responsabilidade da figura paterna

- Campina do Simão
- São Manoel do Paraná
- Coronel Domingos Soares
- Bom Jesus do Sul
- Salto do Itararé





Maringá (58,62%), Cascavel (59,66%) e Ponta Grossa (63,95%) – também estão nessa situação.

Já São Pedro do Paraná (65,17%), Conselheiro Mairinck (59,38%), Floresta (55,68%), Pitangueiras (50,92%) e Santo Antônio do Caiuá (50,70%) apresentam situação inversa. Nesses cinco municípios, localizados nas mesorregiões do norte (noroeste, norte pioneiro e norte central), os domicílios chefiados pelas mães são maioria.

## Área: Justiça

### Indicador: Homicídios de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, por sexo, faixas etárias e cor/raça;

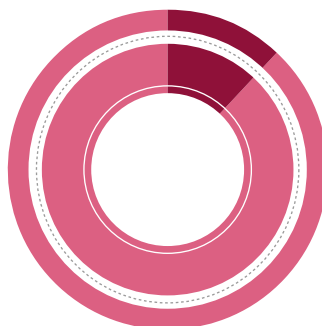
O Paraná registrou 620 homicídios entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos em 2010, segundo dados do Ministério da Saúde. A maior incidência aconteceu na faixa etária de 15 a 19 anos, com 567 casos, o que representa 91,45% do total.

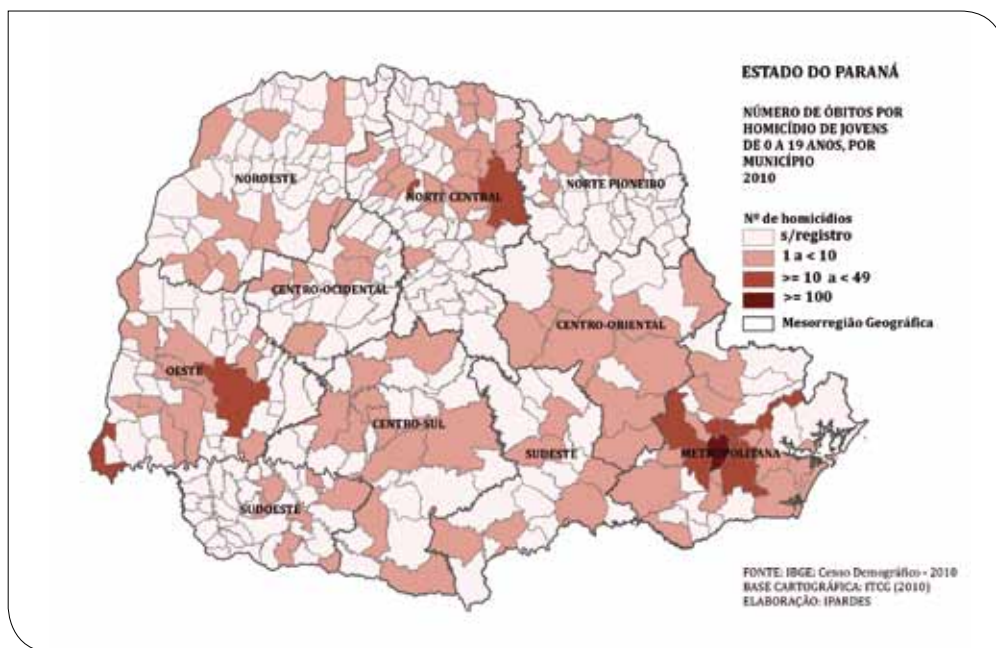
Das dez cidades com mais mortes, sete estavam localizadas na mesorregião metropolitana. A capital, com 156, foi a que apresentou o maior número de crimes, seguida de Foz do Iguaçu (39), Cascavel (33), São José dos Pinhais (30), Londrina (27), Pinhais (25), Colombo (23), Almirante Tamandaré (19), Araucária (18) e Piraquara (16).

As vítimas de homicídios no Estado eram na maioria meninos. Foram 552 casos, contra 68 de meninas. Em relação à cor/raça, os brancos somaram 484 ocorrências, enquanto os pardos registraram 112.

### Registros de homicídios de adolescentes entre 0 e 19 anos

- Vítimas do sexo masculino
- Vítimas do sexo feminino





## Área: Legislação

**Indicador: Municípios onde existem Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e Conselhos Tutelares**

Previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) são órgãos deliberativos responsáveis por assegurar, nos municípios, prioridade para a infância e a adolescência. Dentre as funções dos Conselhos, estão a formulação e o acompanhamento da execução das políticas públicas de atendimento a essa parcela da população.

Segundo dados do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA/PR), quatro municípios do Estado não possuem CMDCA. Todos eles – Arapuã, Cruzmaltina, Lidianópolis e Prado Ferreira – estão localizados na mesorregião norte central.

Assim como os Conselhos de Direito, os Conselhos Tutelares também foram criados com a promulgação do ECA. A referida lei estabelece que eles são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de meninos e meninas.

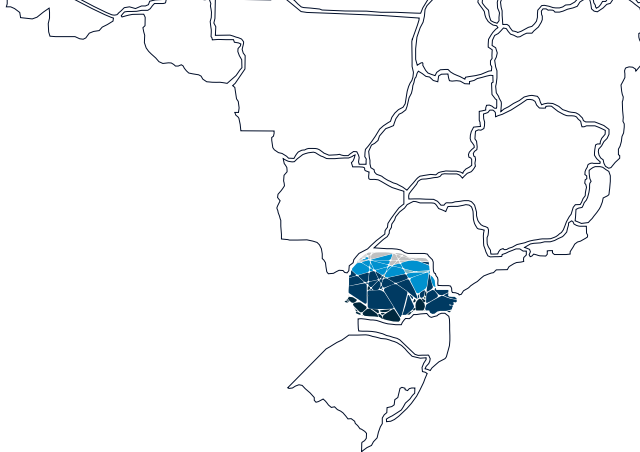
Em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal deve haver, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

O Paraná possui, de acordo com o CEDCA/PR, 413 Conselhos Tutelares, sendo que em cada município há pelo menos um órgão constituído. Curitiba, com nove, e Londrina, com três, são as cidades com maior número de Conselhos, seguidas de Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, todas com dois cada.





# Recomendações

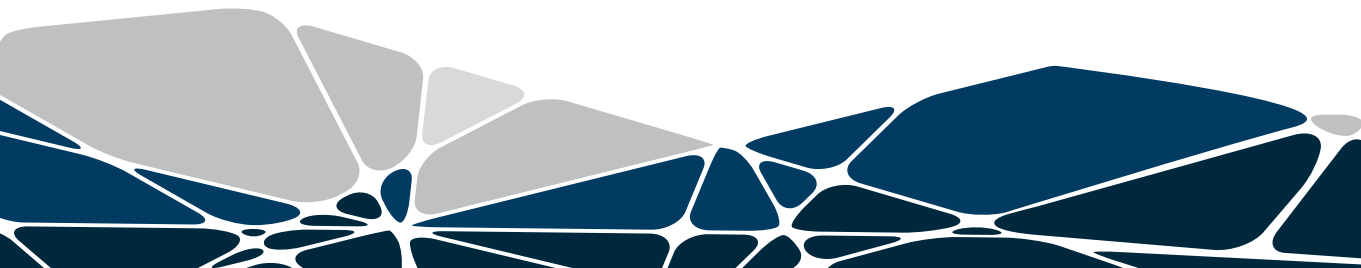


O sistema de monitoramento dos direitos da criança e do adolescente tem sido um instrumento eficiente para subsidiar a articulação da sociedade civil organizada e pautar ações de incidência nos espaços de decisão e formulação de políticas públicas.

Esta publicação compila dados relacionados à promoção dos direitos infanto-juvenis e apresenta elementos para fortalecer a atuação junto aos diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos.

Como já apresentado nos capítulos anteriores, a utilização de fontes oficiais legitima os indicadores, possibilita a atualização periódica dos dados e permite o monitoramento da real situação dos direitos. A fim de garantir mais eficácia no acesso e na utilização das informações aqui dispostas, recomenda-se:

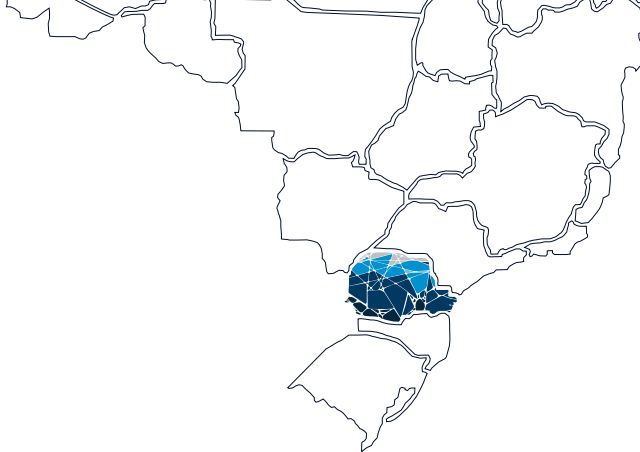
- atuação e articulação nos Conselhos e Fóruns Estaduais e Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. A mobilização local e a incidência política podem promover mudanças significativas, tanto em relação aos indicadores que demonstram fragilidades quanto em relação aos posicionamentos voltados para a garantia dos direitos;
- criação e aprimoramento de mecanismos de identificação e coleta de outros indicadores sobre a situação da infância e adolescência, focados



em questões mais específicas, como situação de rua, trabalho infantil e exploração sexual comercial;

- utilização dos indicadores na construção dos Planos Plurianuais (PPA), a fim de garantir destinação privilegiada de recursos públicos às crianças e aos adolescentes, conforme prevê o ECA;
- análise aprofundada de algumas evidências apontadas pelos dados. A reflexão sobre os direitos e a produção de conhecimentos ampliam olhares e agregam mais elementos para enfrentar as violações;
- comparação com outros indicadores e variáveis, acompanhamento de mudanças e identificação de ausências. Tais elementos contribuem para qualificar e fortalecer a atuação da sociedade civil organizada no controle social;
- incidência junto às fontes oficiais no que diz respeito a nomenclaturas utilizadas na apresentação de alguns indicadores. É necessário atentar para termos e nomes que não estejam alinhados aos conceitos defendidos pelos movimentos de direitos humanos e às legislações pertinentes às crianças e aos adolescentes;
- desenvolvimento de metodologias que envolvam as próprias crianças e adolescentes no sistema de monitoramento dos direitos baseado em dados, lembrando que participação e interesse superior da criança são princípios fundamentais da CDC;
- utilização da comunicação como ferramenta de promoção e proteção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Os dados e indicadores coletados devem contribuir para aumentar a mobilização social, aprofundar o debate e instigar, de maneira responsável, o interesse público na agenda da infância e adolescência.

# Referências



BRASIL. Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 nov. 1990.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jul. 1990.

BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – DATASUS. 2010. Disponível em: <[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. *Convenção sobre os direitos da criança*. 1989. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/)>. Acesso em: 15 fev. 2013.



OBSERVATORIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Y DERECHOS DE LA NIÑEZ Y LA ADOLESCENCIA – CDIA-OBSERVA. *La infancia cuenta Paraguay. Sistema de indicadores em niñez y adolescencia*. Paraguay, 2011.

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. *Ecos da participação infantil e juvenil*. São Paulo, 2010.

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. *Educação infantil: reflexões e práticas para a produção de sentidos*. Curitiba: Champagnat, 2012a.

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. *Fontes sobre a infância*. São Paulo: FTD, 2012b.

RED POR LÓS DERECHOS DE LA INFANCIA EM MÉXICO – REDIM. *Derechos de la Infancia em el DF. Diagnóstico de los derechos de niños y niñas en el DF. Agenda de Política Pública para Infancia em el DF*. México, 2007.

RED POR LÓS DERECHOS DE LA INFANCIA EM MÉXICO – REDIM. *La violencia contra niños, niñas y adolescentes em México. Miradas regionales*. México, 2010.

RED POR LÓS DERECHOS DE LA INFANCIA EM MÉXICO – REDIM. *Infancia y conflicto armado em México. Informe alternativo sobre el Protocolo Facultativo de La convención sobre lós derechos del niño relativo a la participación de niños em los conflictos armados*. México, 2011a.

RED POR LÓS DERECHOS DE LA INFANCIA EM MÉXICO – REDIM. *Contemos: guia metodológico para la construcción de un sistema de indicadores sobre infancia*. México, 2011b.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SBDCA; FÓRUM NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FNDCA; INSTITUTO MARISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IMAS. *Crianças e adolescentes em dados e estatísticas 2011*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.solmarista.org.br/UPLOAD/Downloads/8161.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.





**Impresso na Mult-Graphic**

Rua Bom Jesus do Iguape, 5.168.

Boqueirão - CEP 81730-020

Telefone: (41) 3286-4434

Curitiba - Paraná - Brasil

A presente edição foi composta pela Editora Universitária Champagnat e impressa na Mult-Graphic, em sistema *offset*, papel *couché* 90g/m<sup>2</sup> (miolo) e papel supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa).



